

# **A SEXUALIDADE FEMININA ENTRE PRÁTICAS DIVISORAS: DA MULHER “BELA ADORMECIDA” SEXUALMENTE À MULTIORGÁSTICA – IMPRENSA FEMININA E DISCURSOS DE PROFESSORAS**

XAVIER FILHA, Constantina – UFMS / DED / PPGEduc – tinaxav@terra.com.br

GT: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23

Agência Financiadora: CAPES / PICDT

A sexualidade feminina, veiculada e produzida por discursos hegemônicos em revistas femininas (*Capricho* e *Cláudia*, no Brasil; e *Modas e Bordados*, em Portugal) na segunda metade do século XX, mais especificamente entre 1950 e 1980, constituiu-se por práticas divisoras, no limite entre os modelos da “mulher frígida” e o da hipersexualizada. Este artigo pretende refletir sobre o discurso produzido e seus efeitos na constituição de subjetividade de mulheres-professoras brasileiras e portuguesas. Fundamenta-se em estudos de gênero e em pressupostos foucaultianos, observando os preceitos dos estudos sócio-históricos comparados.

## **1. A pesquisa:**

A pesquisa partiu de questionamentos sobre a sexualidade feminina enquanto prática discursiva na segunda metade do século XX.

Pretendia-se indagar acerca da constituição do que somos e do que nos tornamos na atualidade, mais precisamente, como se constituíram esses discursos na realidade brasileira e na portuguesa. Que “tipo” de sujeito feminino e sexuado foi privilegiado na constituição de tais discursos? Quais discursos foram privilegiados para a conduta da sexualidade feminina? Que efeitos poderiam produzir nos modos de subjetivação das mulheres? E, finalmente, como esses produziam efeitos nos próprios discursos produzidos por mulheres-professoras nos seus processos de construção de identidades: sexual, de gênero e docente?

Os pressupostos metodológicos utilizados visando a obter indícios a propósito das questões levantadas foram: abordagem biográfica (com a técnica das histórias de vida) e a análise bibliográfica nas fontes impressas (revistas). As fontes da pesquisa foram a imprensa feminina e os discursos das professoras, aqui denominados de *discursos do eu*. Não se privilegiou uma em detrimento da outra, nem mesmo se pretendeu observar como os discursos das professoras eram produzidos a partir daqueles veiculados e produzidos pela imprensa. Buscou-se analisar como essas fontes, orais e escritas, produziam um discurso sobre a temática da sexualidade feminina e os

processos de constituição de sujeitos. A imprensa feminina mostrou-se uma fonte fértil para se apreender os discursos que circulavam e eram produzidos no momento histórico dos primeiros anos da segunda metade do século XX. Esses discursos de saber-poder permitem-nos analisar como se privilegiam alguns enunciados e se descartam outros, como se caracterizam tipos de sujeitos brasileiros e portugueses na conduta de sua sexualidade. Essa fonte revela subjetividades que não se constituem de maneira passiva, mas que participam ativamente do jogo que estabelecem consigo mesmas.

Foucault instiga-nos a pensar a esse respeito e admite que esta reflexão permite “revelar as práticas discursivas em sua complexidade e em sua densidade; mostrar que falar é fazer alguma coisa – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua” (FOUCAULT, 2002, p. 237). Portanto, tanto os textos das revistas, quanto a linguagem das educadoras, expressam conceitos de saber-poder que levam a pensar sobre como se estabeleceram as práticas discursivas, e expressam conceitos culturalmente indicados para a construção de um determinado tipo de feminilidade. Estes aspectos destacados por Foucault são pertinentes ao presente estudo. A sexualidade feminina, nos últimos séculos, tem sido terreno sobre o qual proliferaram discursos das mais diversas instituições, além de influenciar os próprios sujeitos. Pretendemos aqui buscar nas fontes como se produziram esses discursos, evidenciando as regras que estabelecem, o que sancionam e/ou interditam, e como se propagam nos diversos meios sociais, enfim, o que se privilegiou para colocar na ordem do discurso, tal como nos propõe Foucault (2003).

A escolha de procedimentos como entrevistas com o intuito de se produzir histórias de vida ainda é um método pouco convencional em pesquisas educacionais. A utilização da perspectiva biográfica como método investigativo e/ou de formação é recente nas Ciências da Educação. Surge no final do século XIX como contraponto às idéias positivistas da época. Foi aplicada pela primeira vez, de forma sistemática, nos anos vinte e trinta do século XX pelos sociólogos americanos da Escola de Chicago (NÓVOA; FINGER, 1988). Estes debates foram se ampliando e substituindo os critérios positivistas da objetividade por outros mais subjetivos, questionando os binarismos individual/coletivo, quantidade/qualidade, dentre outros aspectos que provocaram profundas alterações no campo científico. Nos dias atuais, várias pesquisas em Educação vêm utilizando histórias de vida; este processo ganha espaço principalmente a partir da década de 80 do século passado.

Os discursos dos sujeitos da pesquisa, aqui denominados de *discursos do eu* das mulheres-professoras, evidenciam as práticas que elas realizaram ao longo de suas vidas. A escolha pela técnica das histórias de vida<sup>1</sup> justifica-se pela possibilidade de apreensão dos discursos enquanto prática das educadoras. Cabe ressaltar que a opção pela referida técnica se deve à intenção de se apreender os discursos que influem sobre suas formas de subjetivação no decorrer da vida. O recurso da memória é importante para dar significado aos fatos do passado. Outro aspecto a destacar é que, nesta abordagem, se prioriza o coletivo, o social e o histórico no discurso individual. Buscou-se, prioritariamente, observar os discursos como objeto de estudo, evidenciando o que eles poderiam expressar e, conseqüentemente, como influir sobre subjetividades. Os discursos das mulheres, apreendidos nessas entrevistas, são produto de práticas discursivas que propiciam a relação dos sujeitos consigo mesmos. Esse processo de “discursificação” de si constitui um dispositivo da constituição dos sujeitos na contemporaneidade. É neste sentido que os discursos dos sujeitos da pesquisa, denominados de *discursos do eu*, se articulam com os demais produtos sociais (enunciados científicos e morais) de uma dada realidade histórica.

A pesquisa bibliográfica em revistas femininas, também denominada de imprensa feminina, como sugere Buitoni (1981, 1986), foi feita inicialmente em acervos<sup>2</sup> nos dois países, com o objetivo de selecionar alguns títulos que apresentassem textos que versassem sobre a sexualidade feminina. Em Portugal<sup>3</sup>, a revista escolhida foi “*Modas & Bordados*”<sup>4</sup>. No Brasil, a publicação a ser selecionada deveria conter, para fins de comparação, alguns elementos semelhantes aos da revista portuguesa. Não

---

<sup>1</sup> Os sujeitos da pesquisa são sete professoras que nasceram na década de 1950 e que atuavam na docência em 2003 e 2004; quatro são brasileiras e três, portuguesas. As entrevistas de histórias de vida tinham por base um roteiro, ficando ao critério das entrevistadas produzirem um discurso tomando-os como referência. Na coleta das entrevistas, foram realizados de dois a cinco encontros com cada uma das entrevistadas, perfazendo uma média (para cada uma das entrevistadas) de quatro a nove horas de entrevistas audiogravadas. No total foram computadas 41 horas de entrevistas, que foram transcritas literalmente. Em média, pode-se destacar que foram utilizadas 650 horas no trabalho de transcrição, que se materializaram em aproximadamente mais de 100 páginas para cada uma das narrativas das entrevistadas.

<sup>2</sup> No Brasil, a pesquisa foi realizada no acervo da Editora Abril, em São Paulo. Em Portugal, na Biblioteca Nacional, em Lisboa.

<sup>3</sup> A pesquisa iniciou-se em Portugal, durante a experiência no “doutorado sanduíche”, no período de agosto de 2002 a março de 2003.

<sup>4</sup> Em Portugal, “*Modas & Bordados*” tem seu início em 1912 como suplemento semanal do jornal “*O Século*”, com circulação em todo o território português. O suplemento teve periodicidade ininterrupta do início até 1974; no ano seguinte, muda de nome para “*Mulher: modas e bordados*”, encerrando-se em fevereiro de 1977, época em que também o jornal cessa suas publicações devido a problemas administrativos e financeiros, além das mudanças impostas após o 25 de Abril naquele país. Tinha como leitora privilegiada a mulher casada, alfabetizada, mãe, dona de casa.

encontramos, porém, uma revista com a periodicidade e as características da revista lusitana, visto que foi a partir da década de 1950 que se registrou no Brasil a profusão da grande imprensa e, especificamente, de uma imprensa dedicada ao público feminino. A que mais se aproximava desses requisitos era a revista “*Cláudia*”<sup>5</sup>, ainda que seu primeiro número tenha sido editado em 1961. Selecionou-se, da década de 1950, uma outra revista, “*Capricho*”<sup>6</sup> que, apesar de ser direcionada a um público mais específico, o da mulher jovem, continha elementos próximos aos das duas revistas em questão.

As revistas, nos dois acervos, foram consultadas página por página, para posteriormente selecionar-se o que seria pertinente ao objeto estudado. Ao final, foram analisados e coletados textos, perfazendo um total de 27 anos da revista portuguesa (1950 a 1977) e 27 anos das brasileiras (de 1952 a 1960 na revista *Capricho*, e de 1961 a 1980 na *Cláudia*). Tais incursões em arquivos resultaram em um longo período de permanência nesses espaços e, posteriormente, em outros tantos para a catalogação dos textos e sua análise. Ainda ressaltando os números do presente estudo, foram consultadas inúmeras páginas de revistas até a seleção final dos textos, contando com um total aproximado de 334 revistas brasileiras, com cerca de 7.425 páginas da revista *Capricho* e 33.456 da revista *Cláudia*; 1.249 edições portuguesas, com aproximadamente 36 mil páginas visualizadas. Desta pesquisa, foram fotocopiadas 2.300 páginas dos impressos brasileiros e 944 dos portugueses, além da aquisição de alguns números em livrarias de livros usados. Após a seleção e análise, optou-se pelo estudo em artigos, textos e testes da imprensa feminina, num total de 84 textos e 59 testes sobre a sexualidade feminina nas duas revistas brasileiras, e 39 e 38, respectivamente, nos da portuguesa.

A análise sócio-histórica comparada, que fundamenta a análise do estudo, também não é considerada algo novo nos estudos da Educação. Esta perspectiva já foi pautada em elementos de comparação meramente técnicos, descritivos e prescritivos, visando analisar realidades diferentes sob a ótica do dominado/dominador; do retrógrado/avançado, dentre outros. Segundo Nóvoa, o campo da Educação Comparada

---

<sup>5</sup> A revista *Cláudia* tem seu primeiro número editado em outubro 1961, pela Editora Abril, em São Paulo. Sua filosofia editorial era norte-americana, embora usasse material italiano. O público leitor da revista era a mulher jovem, de classe média, alfabetizada, consumidora em potencial, casada e com filhos/as, podendo ou não realizar atividades fora do lar.

<sup>6</sup> A revista *Capricho*, editada pela Editora Abril, em São Paulo, foi lançada em 18 de junho de 1952 e é considerada por Dulcília Buitoni (1981, 1986) a responsável pelo início da grande imprensa feminina no Brasil, devido à sua periodicidade e ao número de exemplares, chegando a 500 mil. Tinha como leitora privilegiada a jovem da camada média, alfabetizada, urbana e que almejava o casamento e, também, a mulher recentemente casada.

encontra-se atualmente em um período de profundas interrogações na construção de objetivos que não se encontram em torno de análise de realidades objetivas e palpáveis, mas em torno da compreensão das práticas discursivas, das comunidades de sentido. Os pressupostos da análise sócio-histórica comparada passam da análise dos fatos à análise dos sentidos. É nesta acepção que se procurou analisar os discursos em espaços diferenciados, da chamada comunidade lusófona, um espaço em que a língua não é só falada e escrita, mas também imaginada e, conseqüentemente, representada. O autor ressalta que os estudos que se fundamentam na perspectiva comparada propõem uma reconstrução da prática de estudiosas e estudiosos, visto que a “passar da análise dos ‘factos’ à análise do ‘sentido dos factos’ dá-se origem a uma nova epistemologia do conhecimento, que define perspectivas de investigação centradas não apenas na materialidade dos factos educativos, mas também nas comunidades discursivas que os descrevem, interpretam e localizam num dado espaço-tempo” (NÓVOA, 2000, p. 130).

Descreveremos a seguir como os discursos coletados da imprensa feminina e os das educadoras produzem sentido sobre a temática da sexualidade feminina e dos modos de subjetivação de mulheres-professoras.

## **2. A sexualidade feminina sob práticas divisoras entre o modelo da “mulher frígida” e o da hiper-sexualizada**

O conceito de “prática divisora”, tal como se apresenta no título deste artigo, refere-se a um conceito trabalhado por Foucault (2004). O autor analisa que as práticas do sujeito consigo mesmo ocorrem mediante discursos produzidos pelas ciências, pelas instituições, dentre outras; e, os produzidos pelo próprio sujeito em seus encontros com jogos de verdade. O que é considerado como “verdade” pode assumir a forma de ciência - ou modelo científico - ou de enunciados produzidos nas instituições e práticas de controle.

Para o referido autor, as relações estabelecidas entre o sujeito e os jogos de verdade podem ocorrer através de práticas coercitivas; jogos teóricos - ou científicos -; e, as práticas de si. Os indivíduos tornam-se sujeitos com múltiplas identidades através de jogos que estabelecem em relação as práticas coercitivas de instituições como a família, a escola, dentre outras. Em relação aos jogos teóricos, os sujeitos se constituem

mediante práticas divisoras a partir de discursos que normalizam condutas. Finalmente, através do trabalho do próprio sujeito consigo mesmo.

O conceito de práticas divisoras, então, representa as formas - que muitas vezes podem se constituir de modelos antagônicos – pelas quais os discursos produzidos por enunciados científicos, por instituições, pela cultura, dentre outros, normalizam condutas, no caso de nosso estudo, de sujeitos femininos. Perceberemos como alguns desses discursos tornaram-se hegemônicos, nas fontes estudadas. Eles, todavia, instigam a reflexão e os jogos de verdade e práticas de si das mulheres. É, então, com esta perspectiva que a sexualidade feminina se constituiu sob práticas divisoras entre um modelo e outro. Vejamos como esses discursos são veiculados e produzidos pela imprensa feminina estudada nos dois países em questão, e depois, num segundo momento, quais os efeitos e as formas pelas quais as mulheres-professoras produzem um discurso sobre si a partir dessas práticas divisoras.

A imagem da mulher sexuada que é produzida nos primeiros vinte e cinco anos da segunda metade do século XX na imprensa feminina em Portugal e, marcadamente, no Brasil, é a da “*Mulher-Bela Adormecida*”. Esta personagem, retirada dos contos de fadas, tal como descreve Bettelheim (1986), é uma menina ensimesmada, na luta para tornar-se si mesma. Durante os meses que antecedem a menstruação, haveria, para o autor, um período de passividade e até um tipo de enclausuramento em que a menina se refugia dentro de si. Isto ocorreria independente dos argumentos contrários de pais e mães. O despertar da sexualidade após a puberdade ocorreria inexoravelmente, especialmente no período que precede a menarca. Este despertar, paradoxalmente, viria acompanhado de um período de sonolência. O sono de cem anos pode indicar, segundo o autor, “um período de passividade semelhante à morte no final da infância” (p. 272). O sono da donzela à espera de seu príncipe indica um auto-envolvimento que exclui o resto do mundo; na solidão, na experiência sentimental da clausura, não haveria sofrimento. A maturação é um fator observado tanto na vivência da púbere quanto dos possíveis pretendentes que sucumbiam ao tentar penetrar prematuramente no castelo protegido por espinheiros. A partir do momento em que Bela Adormecida, finalmente, adquirisse a maturidade física e emocional, estaria pronta para o amor e para o sexo e, conseqüentemente, para o casamento.

A beleza e a conduta da menina-mulher Bela Adormecida (brasileira e portuguesa, no período citado) são frígidas: assim as apresenta a imprensa feminina relativamente à vivência da sexualidade. A espera pelo príncipe encantado é

marcadamente determinada nos enunciados da imprensa, especialmente nos da década de 1950. Nas outras décadas, isso permanece, com linguagens menos explícitas, mas sempre com o mesmo intento. A mulher deveria cultivar atitudes de passividade, ternura, afetividade, mas com uma pitada de sensualidade, para garantir a sedução do homem para levá-lo ao casamento. No leito conjugal, local privilegiado e legitimado para o ato sexual heterossexual, especialmente para a mulher, a sexualidade estava diretamente ligada à reprodução. O prazer é citado sem grandes detalhes e incentivos; contudo, os problemas relativos à vivência da sexualidade, dentre eles a frigidez e o vaginismo, aparecem com bastante frequência.

O conceito de orgasmo somente aparece em um dos textos selecionados na revista brasileira, neste período. O prazer feminino é descrito de acordo com as teorias psicanalíticas de *libido* e, conseqüentemente, de *sublimação*. A sublimação é estimulada para que a mulher desloque seus desejos sexuais para algo aceito e socialmente incentivado. É como afirmar que a “sonolência” para certos assuntos é uma meta a ser seguida e almejada para o gênero feminino. A adaptação da mulher, de seus desejos, do domínio do corpo e da sexualidade são aspectos comumente expressos, e não neutros, que produzem parâmetros do que seria correto e desejável para a conduta sexual feminina. O desejo sexual sublimado poderia transformar-se em uma estratégia de poder para garantir o controle da sexualidade feminina, incentivando a virgindade, para as solteiras, ou resignando-as às práticas sexuais no interior do casamento.

Os discursos hegemônicos sobre sexualidade feminina que embasam a construção da “mulher bela adormecida para o sexo” fundamentavam-se nas mais diversas ciências, a saber: Psicologia; Psicanálise; Medicina; Demografia; Antropologia, além das interferências do discurso religioso, com preponderância nos da chamada ciências *psi*.

Estes discursos desenvolviam-se sob enunciados cujo objetivo parecia ser destacar o entendimento da sexualidade da mulher sob o prisma da anormalidade, da frigidez ou da dificuldade em atingir o êxtase sexual, em contrapartida à relação estabelecida entre sexo e reprodução. Os problemas sexuais enfrentados pela mulher, especialmente a brasileira, são amplamente ressaltados nos textos que denunciam a conduta do homem na origem das dificuldades, por ser agressivo e pouco habilidoso. A imagem que se faz da mulher é de alguém frágil, que precisa ser decifrado, e o orgasmo é algo a lhe ser oferecido. Quem tem o poder de desvendar esse corpo e proporcionar-lhe prazer é o homem. Por outro lado, a reprodução é incentivada como relação

necessária entre sexo e prole, objetivo inexorável para a vida sexual da mulher casada. O uso da pílula, neste contexto, era relacionado não aos aspectos positivos, com a possibilidade de atrelar sexo a prazer, mas a seus efeitos colaterais, quase sempre nocivos naquele período em que surgiu o tal método.

Há outro aspecto do discurso sobre sexualidade nas páginas da imprensa feminina a ressaltar: a ausência de alguns temas. Dois deles merecem destaque: a homossexualidade feminina e a masturbação. Não se faz qualquer menção a esses temas quando se fala da sexualidade da mulher nos dois contextos. Só mais tarde começam a ser debatidos. As posições sobre “normalidade sexual” e ligação entre sexo e reprodução poderiam justificar a ausência desses temas; no entanto, ganharão novas conotações com a preponderância dos discursos da Sexologia, que influenciaram a construção discursiva nas revistas pós 75, e que serão analisadas a seguir.

Depois de 74, em Portugal, e 75, no Brasil, os discursos veiculados pela imprensa feminina estudada vão adquirindo novos sentidos, especialmente sob a influência do movimento da assim chamada “nova sexologia”, que ganhou destaque a partir dos anos 50. Vários outros fatores sociais, como urgências históricas<sup>7</sup>, como relembra Foucault (1996), preponderam na construção de novas configurações do dispositivo da sexualidade. Em Portugal, destaca-se a abertura política após a denominada “Revolução dos Cravos”, no dia 25 de abril de 1974, que garantiu a mudança política de um governo ditatorial para uma democracia. Alguns dos artigos publicados em *Modas & Bordados* e, depois da mudança do nome, na revista *Mulher: Modas e Bordados*, questionam os rumos da sexualidade naquele país após o governo repressivo. O Brasil também estava em vias de redemocratização.

Os discursos produzidos pelas revistas, a partir da segunda metade da década de 70 nos dois países, mediante enunciados prescritivos e normalizadores, agora não mais instigavam a mulher a ser “bela adormecida para o sexo”. Ela deveria “acordar” rapidamente deste “sono profundo” e se deliciar com técnicas provenientes do saber da sexologia que garantiam orgasmos múltiplos.

As revistas cumprem a função de propiciar à mulher, e também ao casal, técnicas capazes de banir a rotina e evitar o desgaste na relação. Produz-se uma “nova” mulher, segura de si, exigente de seus direitos sexuais e em busca ardorosa do orgasmo,

---

<sup>7</sup> Vários outros fatores podem ser citados que poderiam produzir novos discursos sobre a sexualidade feminina; destacam-se os debates provocados por movimentos sociais, dentre eles os de gays e lésbicas, o uso da pílula anticoncepcional, a aprovação da lei do divórcio no Brasil, dentre outros.



aliás, de muitos orgasmos. Os temas abordados na imprensa feminina sobre a sexualidade da mulher, diferentemente das décadas anteriores, passam por mudanças que irão construir um discurso próximo do que temos hoje, ou seja, da mulher erotizada, que exige seus direitos sexuais, preocupada com a *performance* no sexo; enfim, não mais adormecida, mas exigente de prazer sexual dentro ou fora do casamento. A virgindade não é mais imposta como norma para todas as mulheres; o ato sexual, até então restrito à “alcova conjugal”, começa a ser monitorado e controlado mediante discursos que visavam descrevê-lo com explicitação de detalhes. A mulher na fase da menopausa ganha novas possibilidades para o exercício de sua sexualidade. A menstruação se transforma em assunto corriqueiro. O corpo feminino ganha contornos de sensualidade e erotismo, além de ser um instrumento de prazer para a própria mulher, seja na relação sexual, seja na prática da masturbação, que passou a ser denominada também de auto-erotismo, algo até então inimaginável na imprensa estudada dos dois países.

Essas mudanças discursivas foram fortemente influenciadas por uma ciência emergente: a *Sexologia*<sup>8</sup>. As revistas começam a veicular conceitos oriundos de tal especialidade, com artigos nela fundamentados. Estudiosos e estudiosas - como: Kinsey; William Masters e Virgínia Johnson; Albert Ellis; Symour Fisher; Shere Hite; Willem Reich e Kaplan - constituem referência para os textos da imprensa feminina estudada. Privilegiaram-se as temáticas que envolvem o sexo em seu aspecto genital, buscando-se saber a resposta sexual feminina e masculina; a anatomia genital e seus pontos eróticos, as técnicas sexuais, dentre outras. A masturbação, até então condenada ou silenciada, passa a ser obrigatória para atingir o orgasmo. A mulher frígida é encorajada a ter múltiplos orgasmos... Registra-se, enfim, em curto espaço de tempo,

---

<sup>8</sup> Apesar de afirmar que a Sexologia aparece como ciência emergente, vale destacar que ela já se consolidava desde o final do século XIX. Gomes et al. (1987) afirmam que entre 1908 e 1933 se assiste ao nascimento da Sexologia. Um dos pioneiros é Iwan Bloch, que cunha a palavra *sexologia* e lhe confere o traço característico. Magnus Hirschfeld edita em 1908 a primeira revista científica de Sexologia e, juntamente com Bloch, funda a primeira sociedade científica de Sexologia. Em 1919, Hirschfeld abre, em Berlim, o primeiro instituto de Sexologia. Em Portugal, vale destacar a atuação do médico Egas Moniz, que em 1906 apresenta a tese de doutorado na Faculdade de Medicina de Coimbra: a “Fisiologia e Patologia Sexual”. Após a Segunda Guerra Mundial, a Sexologia desloca-se da Europa para se desenvolver nos Estados Unidos. Kinsey é o pioneiro, publicando em 1948 e 1953 seus dois grandes inquéritos sobre o comportamento sexual do homem e da mulher americanos. Seguem-se Masters e Johnson, com os trabalhos experimentais sobre a resposta sexual humana em 1966 e a sua aplicação clínica em 1970. É, pois, a partir dos anos 70 que a Sexologia vai ter o seu grande desenvolvimento e expansão em nível mundial; em 1974, realiza-se em Paris o 1º. Congresso Mundial de Sexologia; em 1978, no 3º. Congresso, em Roma, constitui-se a “Assembléia Mundial de Sexologia”.

uma mudança radical nos discursos e enunciados da imprensa feminina. Essa nova linguagem acaba por afetar a subjetividade de homens e mulheres na vivência de suas sexualidades. Isto se observará nos depoimentos enviados para as revistas por pessoas ansiosas em se tornarem sexualmente ativas e capazes de exigir prazeres múltiplos.

O conceito de *frigidez feminina*, reforçado em época anterior, recebe uma descrição mais ampla no período estudado. “O termo abrange vários distúrbios da sexualidade, que vão desde a falta de orgasmo e de satisfação durante a relação, até a ausência do próprio desejo ou inabilidade para a prática do ato sexual” (*Cláudia*, n.189, 1977). Segundo estimativas de especialistas em sexualidade, descritas pelo artigo da revista, aproximadamente 50% das mulheres ocidentais desconheciam o orgasmo, e uma porcentagem ainda maior se mantinha passiva durante o coito. “No entanto, nenhuma mulher, a não ser que tenha uma séria lesão genital (o que é raríssimo!) nasce predestinada a ser ‘fria’”. O texto ressalta que a frigidez é um sintoma de que havia algo de errado no próprio relacionamento do casal. A frigidez, por isso, é relativizada e analisada sob o prisma da relação entre marido e mulher e não como problema exclusivo da mulher. Kinsey é um dos autores citados para explicar e analisar a questão da “pseudofrigidez” feminina. O autor desenvolveu suas pesquisas desde a década de 40. Em 1953 lança o livro “*Conduta sexual da mulher*”, com os resultados obtidos junto à população feminina americana. Uma de suas descobertas iguala homens e mulheres em relação a respostas sexuais, ou seja, ambos podem chegar ao orgasmo desde que estimulados para tal; neste sentido, questiona o conceito de frigidez. A mulher não seria essencialmente “fria”, mas poderia, circunstancialmente, apresentar problemas sexuais. Estas “descobertas” começaram a ser debatidas no mundo, mas só chegaram à imprensa feminina brasileira e portuguesa vinte anos após a divulgação dos resultados obtidos por Kinsey e sua equipe. Aliado à temática das disfunções sexuais, o *orgasmo* também ganha espaço na imprensa feminina dos dois países. O termo, praticamente inexistente antes da segunda metade da década de 70; constitui agora o eixo central da maioria dos textos, tornando-se praticamente obrigatório nos textos do ano de 1980, na revista *Cláudia*. Com a emergência desse tema, outros começam a freqüentar as páginas das revistas - a mulher exigente de seus orgasmos; a mulher multiorgástica; as técnicas da Sexologia, ou da terapia sexual, dentre outros -, capazes de proporcionar o êxtase para toda a população. A medicina sexual e a terapia sexual, como discursos hegemônicos, ganham status de expressão da verdade. Em conseqüência, os enunciados das revistas

mudam radicalmente; a outrora virtuosa mulher, resignada com “sua” frigidez sexual, agora é questionadora de seus direitos sexuais e exigente de múltiplos orgasmos.

A imagem da mulher ganha novos contornos. A conduta almejada e incentivada pelo discurso científico determinava que, na prática sexual, se tomassem atitudes, dentre elas, como a de negar os pudores – até então incentivados -, além da prática e vazão das fantasias de toda ordem. A conduta feminina e o ato sexual em si ganham visibilidade e com isso tornam-se alvo de vigilância de tais teorias. Esta vigilância também era desempenhada pelos próprios sujeitos, mulheres e homens, ao tomarem como modelo a nova configuração de feminino e de sexualidade.

Veremos a seguir como alguns desses discursos a respeito da vivência da sexualidade feminina na linha divisória entre a produção de uma “mulher frígida” e a “hipersexualizada” produziram efeitos na constituição de subjetividade de mulheres-professoras portuguesas e brasileiras, sujeitos do estudo.

### **3. Constituir-se como mulher-sexuada-docente nas práticas divisoras**

Os discursos das mulheres são produto de processos discursivos que propiciam a relação dos sujeitos consigo mesmos mediante os discursos que instigam e normalizam identidades a partir de uma norma, em que se privilegiam alguns parâmetros, como ideal de feminilidade, de outros. São recursos, entre outros, que permitem a constituição dos sujeitos na contemporaneidade. É neste sentido que *discursos do eu* se articulam com os demais produtos sociais (enunciados científicos e morais) de uma dada realidade histórica. As narrativas das professoras foram analisadas observando os seguintes aspectos: 1. quem é o sujeito do enunciado; 2. quais os interditos; 3. de que lugar/es fala/m; 4. o que, para as entrevistadas, “pode ser dito e em que condições”; 5. em que enunciados existem elementos comuns às práticas discursivas das brasileiras e portuguesas; 6. que enunciados compõem discursos de saber-poder e quais aparecem como constituintes de subjetividades; por fim, 7. quais enunciados comuns são relacionados à vivência das docentes. Neste texto, porém, analisaremos especialmente como os discursos da sexualidade feminina, constituídos no limite entre o recato e o despudor, produzem subjetividades e são narrados pelas educadoras.

Os *discursos do eu* acerca da vivência da construção discursiva sobre os modos de subjetivação, a partir da construção da identidade sexual e de gênero das entrevistadas, constituíram-se de enunciados compartilhados e de outros, diferenciados.

Observa-se que estes discursos, porém, se reportam constantemente, de inúmeras formas, aos discursos relativos a práticas divisoras descritas anteriormente.

O corpo é visto, por algumas delas, como veículo de Deus e submetido ao inevitável destino biológico da reprodução. Neste sentido, pergunta-se: como extrair prazer de um corpo marcado pelo controle, pela vigilância e, especialmente, pelo autocontrole? Somente uma das entrevistadas disse praticar o auto-erotismo como forma de vivência da sexualidade. No entanto, quando o faz, realiza-o com cuidados: sem excessos, sem exageros e sem uso de aparelhos, assegura. Observa-se, nas narrativas das mulheres-professoras brasileiras, que ao mesmo tempo em que falam do corpo, ele permanece calado, expressando um interdito. Na produção dos *discursos do eu* das entrevistadas, no entanto, o auto-erotismo e a homossexualidade ficaram fora da ordem do discurso ao longo de suas trajetórias, até mesmo no discurso de uma das mulheres cuja identidade sexual é a homossexual. A heterossexualidade, como norma a ser seguida, constituiu e produz marcas em suas identidades sexuais.

Os discursos das mulheres-professoras, denominados *discursos do eu*, deram novo sentido à intimidade – à sexualidade e à constituição do “eu”. As brasileiras aparentam mais desenvoltura ao se expor do que as portuguesas; sua linguagem e atitudes, entretanto, são um discurso também produzido. Um dos aspectos sobre o qual refletir nessa questão é a pergunta sobre quem fala nos discursos. O *discurso do eu*, produzido pelas professoras desta pesquisa, em relato biográfico e memorialista, revela que, ao falarem de si e de sua própria história, as mulheres se expressam ora como mulheres, ora como docentes, ora como filhas... Tais possibilidades de dizer algo também estão relacionadas aos espaços e aos lugares em que se encontram, e que condicionam sua auto-exposição. Muitas das entrevistadas se representam como integrantes da instituição escolar, optando pelo discurso da docência para narrar aspectos de sua intimidade. É nesse espaço que parecem sentir-se seguras, com poder e condições propícios para revelar o que consideram mais íntimo ou mesmo para se pronunciarem acerca dos modos de subjetivação que vivenciaram na produção de si como sujeito. Devido aos próprios interditos, presentes nos discursos sobre sexualidade feminina, é nesse local que elas se sentem mais confortáveis para se manifestar sobre assuntos historicamente interditos, apesar de todos os estímulos a discursos dessa natureza.

Na construção das narrativas, apesar de algumas distâncias nos enunciados produzidos pelas mulheres portuguesas e brasileiras, as professoras são unânimes relativamente à *vivência da docência*. Nos chamados *discursos do eu*, todas admitem que, pelo exercício e pelo aprendizado da docência, reinterpretaram a própria intimidade e ressignificaram a vivência como mulheres e como sexuadas. Parece ser no exercício da docência que as professoras se assumem com poder de “conduzir a conduta” delas próprias e, em consequência, de alunas e alunos. Ao falar de si, recorrem a fatos da docência para explicar-se; produzem um discurso utilizando-se da terceira pessoa do singular (ela, a gente) ou optam por falar na voz da docência.

Outro aspecto a evidenciar é que os discursos considerados hegemônicos acerca da sexualidade feminina nas primeiras décadas da segunda metade do século passado produzem efeitos na *subjetivação das mulheres-professoras*. Nesses discursos observam-se representações de idealização da feminilidade que se refletem na subjetividade delas. Este processo ocorre não só na articulação com discursos externos, quase sempre fundamentados nos enunciados das ciências, mas, fundamentalmente, com a interiorização, com questionamentos e a construção de outros discursos produzidos pelos próprios sujeitos que tomam a si próprios como objeto.

Apesar de os discursos analisados neste estudo contemplarem produções sociais em dois espaços diferenciados, observaram-se muitas semelhanças entre eles, como já mencionamos neste artigo. Os temas sobre sexualidade em práticas divisoras expressam discursos que, mediante relações de poder, passaram a constituir verdades para a vivência da feminilidade e da sua sexualidade. Os efeitos destes discursos na construção da subjetividade das mulheres se medem pelo que transparece da narrativa pessoal, tendo como cenário um ambiente de docência. As duas formas de vivência da sexualidade (entre a “bela adormecida” e a hiper-sexualizada) são encontradas nos discursos das mulheres e indicam modelos que estão constantemente acionados nos processos de subjetivação. Na maioria dos casos, as práticas divisoras provocam conflitos: de um lado, a mulher que pretende se tornar “dona de sua sexualidade”; de outro, a que fica à espera de alguém que a desvende.

No que tange aos discursos, já se observaram algumas semelhanças. O que se deve notar, no entanto, é um dos aspectos que as diferenciam. Um deles diz respeito à construção da noção de intimidade. As portuguesas dão para *intimidade* sentidos diferentes dos que se encontram nos relatos das brasileiras; para elas, esse conceito

carrega a idéia dos limites impostos ao relato de aspectos considerados privados. Muitas delas diziam sentir dificuldade em falar de aspectos tão íntimos diante de uma pesquisadora desconhecida. Isto não se viu nas entrevistas com as brasileiras; pelo contrário, muitas delas sugeriam que se tivesse havido mais encontros teriam mais a dizer. É importante ressaltar que a exposição da intimidade reflete processos, realidades e construções sociais, culturais e históricas. Nos últimos séculos, especialmente nas últimas décadas, a intimidade foi devassada, tornando-se muito mais pública do que privada (GIDDENS, 2001). Isto é mais evidente entre as mulheres brasileiras, embora também expressem conflitos e ambigüidades na forma como revelam a vivência de sua sexualidade.

Os *discursos do eu* das mulheres-professoras, sujeitos do presente estudo, evidenciam, além de como se expressam sobre intimidade, as práticas realizadas e que realizam consigo mesmas em suas histórias de vida. O que se percebe nos elementos descritos pelas mulheres-professoras é que essas práticas obedecem a um certo ordenamento, ou seja, os enunciados obedecem a regras entre o que pode ser dito e o que é interdito. O que se buscou é entendê-los em sua materialidade e não pela lógica interna dos enunciados. Não se priorizou a análise do que poderia estar por trás dos ditos e não-ditos, ou mesmo entender o que as professoras queriam dizer quando proferiam algo. Pelo contrário, o que interessava era evidenciar os efeitos de verdade dos discursos; as relações sugeridas pelo uso de palavras; as relações de poder que legitimavam enunciados e desconsideravam outros, os jogos que elas praticavam consigo mesmas nos processos de subjetivação.

Os dados aqui expostos, instigam-nos a pensar sobre os discursos que nos constituíram como mulheres nas últimas décadas. Evidenciando quais efeitos podem inferir em jogos que produzimos sobre nós mesmos. Estes elementos, contudo, podem se constituir como instrumento fértil de discussão e reflexão em momentos de formação inicial e continuada de educadoras e educadores. Visto que em muitos casos, como se observou nos discursos das educadoras, elas educam sexualmente reforçando ideários de recato e contenção para as meninas. Utilizam-se de exemplos pessoais para reforçar algumas condutas a partir de discursos que privilegiam um ideal de feminilidade.

**Referências:**

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fada*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BUITONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

BUITONI, Dulcília H. S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Coleção Ditos & Escritos (volume V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Transformações da intimidade*. Sexualidade, erotismo nas sociedades modernas. Oeiras/Portugal: Celta, 2001.

GOMES, Francisco Allen et al. *Sexologia em Portugal*. Lisboa: Texto Editora, 1987.

NÓVOA, António. Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. In NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (eds.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000

NÓVOA, António; FINGER, Mathias. *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, 1988a.